

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

FCC 800 QUESTÕES

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Matemática e Raciocínio Lógico
- › Informática
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Administração Geral e Pública
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Civil
- › Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



FCC

**800 QUESTÕES GABARITADAS
FCC- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**



CÓD: OP-153JH-26
7901183000999

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	55
3. Informática.....	71
4. Direito Constitucional	93
5. Direito Administrativo.....	115
6. Administração Geral e Pública	135
7. Direito Penal	155
8. Direito Processual Penal	175
9. Direito Civil.....	195
10. Direito Processual Civil.....	215

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2026)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto seguinte.

[Luzia e a linguagem]

O nome dela pode ser Luzia. Nasceu agora mesmo, no Brasil. Um peso, mas também uma alegria. Se tudo estiver bem com ela, com sua saúde e seu desenvolvimento, a menina vai realizar um pequeno milagre. A partir de dados desorganizados, fragmentados e muitas vezes contraditórios, Luzia vai aprender a falar.

Quando, na vida adulta, ou mesmo ainda na escola, ela for tentar aprender um novo idioma, vai entender que não foi à toa que usei a palavra “milagre” agora há pouco. Aquilo que para uma pessoa adulta, instruída, com acesso a todo tipo de recursos e métodos é uma tarefa complicadíssima, uma criança pequena resolve por conta própria, quase sem dar por isso.

A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie, e somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão de uma geração anterior. Caso seja estritamente necessário, chegamos até a desenvolver um idioma que atenda às necessidades do nosso grupo, como já aconteceu com crianças surdas que, reunidas, desenvolveram como que do zero uma linguagem de sinais todinha delas.

As exigências para este milagre da aquisição de linguagem são até menores do que as relativas a outros campos: nossa menina Luzia pode nascer em condições de violenta pobreza e privação, e, mesmo assim, seu desenvolvimento linguístico vai acontecer. Pode demorar um pouco mais, porém vai acontecer. E se tudo estive razoavelmente bem, ela vai acabar ganhando o domínio completo do idioma dos seus pais, da sua comunidade, do seu país. Ou, na verdade, sua nova versão dessa língua. Sim, mesmo que Luzia não tenha acesso à educação formal. Nesse caso, é essa variedade do idioma que ela não vai ter no bolso. Mas apenas essa.

Como nasceu no Brasil, é quase certo que esse idioma venha a ser o português. Ele vai ter um papel central na existência de Luzia: será o instrumento que ela vai utilizar para aprender a tomar decisões, conquistar o amor de alguém, alertar um amigo, pedir carinho à mãe,

dizer bobagens para um filho... Tudo vai se dar nesse idioma. Nessa coisa variada, colorida, esquisita e maravilhosa que chamamos de língua portuguesa.

(Adaptado de: GALINDO, Caetano W. *Latim em pó*. São Paulo

Companhia das Letras, 2022. p. 11-13

Há adequada correlação temporal entre as formas verbais da seguinte frase:

- (A) Quando Luzia fosse tentar aprender um novo idioma, ela terá entendido porque me vali da palavra milagre.
- (B) Se for estritamente necessário, podíamos usar uma linguagem inteiramente voltada para as necessidades de nosso grupo.
- (C) Mesmo que Luzia nascesse em condições precárias, acabará por atingir o domínio completo da linguagem de que precisara.
- (D) No caso de a menina não passar pela educação formal, apenas esse nível linguagem terá representado um desafio para ela.
- (E) Se ela não nascesse no Brasil não disporia dos variados e coloridos recursos com que conta a nossa língua.

2. (FCC - 2024)

Essa crônica é uma despedida. Resolvi, por decisão própria, parar de escrever em Cotidiano [caderno do jornal FSP].

Devo ter perdido o juízo. Minha decisão contrária um dos dois maiores sonhos de cada escritor. Primeiro, o sonho de ser um best-seller. Confesso: sou vítima dessa vaidade. O outro sonho dos escritores é ter seus textos publicados num jornal importante. O que significa reconhecimento duplo: do jornal que os publica e dos leitores. Todo escritor tem uma pitada de narcisismo.

Fernando Pessoa tem um poema que diz assim: “tenho dó das estrelas luzindo há tanto tempo, tenho dó delas...” E ele se pergunta se “não haverá um cansaço das coisas, de todas as coisas...” Respondo: sim. Há um cansaço. A velhice é o tempo do cansaço de todas as coisas. Estou velho. Estou cansado. Já escrevi muito. Mas agora, meus 78 anos estão pesando. E, como acontece com as estrelas, há sempre a obrigação de brilhar. A

obrigação : é isso o que pesa. Perco o sono atormentado por deveres, pensando no que tenho de escrever. Sinto - pode ser que não seja assim, mas é assim que eu sinto - que já disse tudo. Não tenho novidades a escrever. Mas tenho a obrigação de escrever quando minha vontade é não escrever.

O tempo dos jornais é o hoje, as presenças. Mas minha alma é movida pelas ausências: nos jornais, não há lugar para ressurreições.

(Adaptado de: ALVES, Rubem. "Despedida". Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 01/02/2024)

A obrigação: é isso o que pesa. Perco o sono atormentado por deveres, pensando no que tenho de escrever.

Mantendo a correlação verbal e as relações de sentido originais, uma redação alternativa para o trecho acima, em outro tempo verbal, está em:

- (A) A obrigação: havia de ser isso o que pesava. perderei o sono atormentado por deveres pensando no que tivera de escrever.
- (B) A obrigação: fora isso o que pesava. perdi o sono atormentado por deveres, pensando no que terei de escrever.
- (C) A obrigação: era isso o que pesou. Perdera o sono atormentado por deveres. pensando no que tive de escrever.
- (D) A obrigação: tinha sido isso o que pesava. Perdeu o sono atormentado por deveres. pensando no que terei de escrever.
- (E) A obrigação: foi isso o que pesou. Perdi o sono atormentado por deveres, pensando no que tinha de escrever.

3. (FCC - 2022)

Leia a crônica **O lendário país do recall**, de Moacyr Scliar.

Leitora manda boneca para recall e não a recebe de volta. Como explicar para uma criança que seus brinquedos foram embora há três meses e não voltaram? (Cotidiano, 25/02/2008)

"Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses. Sei que você sente muitas saudades, porque eu também sinto saudades de você. Lembro de você me pegando no colo, me chamando de filhinha, me dando papinha... Você era, e é, minha mãezinha querida, e é por isso que estou lhe mandando esta carta, por meio do cara que assina esta coluna e que, sendo escritor, acredita nas coisas da imaginação.

Posso lhe dizer, querida, que vivi uma tremenda aventura, uma aventura que em vários momentos me deixou apavorada. Porque tive de viajar para o distante país do recall. Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia. Para lá fui enviada. Não só eu: bonecas defeituosas, ursinhos idem eletrodomésticos que não funcionavam e peças de automóvel quebradas. Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar. Finalmente chegamos, e ali estávamos, no misterioso e, para mim, assustador país do recall. Um homem nos recebeu e anunciou, muito secamente, que o nosso destino em breve seria traçado: as bonecas que tivessem conserto seriam consertadas e mandadas de volta para os donos; quanto tempo isso levaria era imprevisível, mas três meses era o mínimo. Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto. O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.

Passamos a noite num enorme pavilhão destinado especialmente às bonecas. Éramos centenas ali, algumas com probleminhas pequenos (um braço fora do lugar, por exemplo), outras já num estado lamentável. Estava muito claro que para várias de nós não haveria volta.

Naquela noite conversei muito com minha amiga Liloca – sim, querida dona, àquela altura já éramos amigas. O infortúnio tinha nos unido. Outras bonecas juntaram-se a nós e logo formamos um grande grupo. Estávamos preocupadas com o que poderia nos suceder. De repente a Liloca gritou: 'Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso! Vamos fazer alguma coisa!'. Nós a olhamos, espantadas: fazer alguma coisa? Mas fazer o quê? Liloca tinha uma resposta: vamos tomar o poder. Vamos nos apossar do país do recall.

No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos. Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos. Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.

De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução. Breve estaremos governando o país do recall. Mas não se preocupe, eu a convidarei para me visitar. Você poderá vir a qualquer hora. E não precisará de recall para isso."

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2024)

Em uma peixaria há 300 peixes, 100 deles foram pescados no Rio A e 200 no Rio B. Sabe-se que 3% dos peixes do Rio A e 6% do Rio B estão contaminados. Maria comprou um peixe dessa peixaria. A probabilidade de Maria ter comprado um peixe contaminado é de

- (A) 4,5%
- (B) 5,5%
- (C) 5%
- (D) 4%
- (E) 3,5%

2. (FCC - 2025)

Três amigos fizeram, ao mesmo tempo, reservas de 3 quartos, para um mesmo dia, em um mesmo hotel. Esse hotel possui 5 andares, com 8 quartos por andar, e o sistema de reservas escolhe aleatoriamente um quarto para cada pessoa.

Sabendo que, no momento em que os amigos fizeram a reserva, havia 4 quartos disponíveis em cada andar, a probabilidade de o sistema escolher os 3 quartos para esses amigos no mesmo andar é

- (A) $\frac{3}{203}$
- (B) $\frac{40}{1}$
- (C) $\frac{57}{1}$
- (D) $\frac{19}{3}$
- (E) $\frac{19}{19}$

3. (FCC - 2022)

Seja $P(X)$ a probabilidade de ocorrência de um evento X . Se A e B são dois eventos independentes tal que $P(A) = 2P(B)$ e a probabilidade de ocorrer pelo menos um dos eventos A ou B seja igual a 72%, obtemos que $P(A - B)$ é igual a

- (A) 42%
- (B) 30%
- (C) 40%
- (D) 48%
- (E) 36%

4. (FCC - 2025)

Em um sistema de controle de qualidade para a produção de eixos de transmissão, cada eixo passa por dois testes independentes: um teste de resistência à fadiga (R) e um teste de precisão dimensional (D). A probabilidade de um eixo passar no teste de resistência é $P(R)=0,95$, e a probabilidade de passar no teste dimensional é $P(D)=0,90$. No entanto, se um eixo falha no teste de resistência, a probabilidade condicional de ele também falhar no teste dimensional aumenta para $P(D|Rc)=0,60$. A probabilidade de que todos os eixos passem em ambos os testes (R e D), assumindo independência entre os eixos, é:

- (A) 0,120.
- (B) 0,335.
- (C) 0,880.
- (D) 0,926.
- (E) 0,174.

5. (FCC - 2022)

Em uma cidade, 50% dos eleitores irão votar no candidato A, 40% irão votar no candidato B e 10% irão votar no candidato C. Sabe-se que 2% dos candidatos que irão votar em A têm nível superior, 5% dos que irão votar em B têm nível superior e 10% dos que irão votar em C têm nível superior. Escolhendo aleatoriamente um eleitor desta cidade e verificando que ele não possui nível superior tem-se que a probabilidade de que ele irá votar em C é de

- (A) $\frac{3}{32}$
- (B) $\frac{19}{48}$

- (C) 3/10
- (D) 9/100
- (E) 3/16

6. (FCC - 2022)

Em um setor de um órgão público trabalham apenas 5 economistas, 3 administradores e 2 contadores. Uma comissão de 3 funcionários deste setor escolhidos aleatoriamente é formada para a realização de uma tarefa. A probabilidade de esta comissão ter 1 ou 2 economistas é igual a:

- (A) 1/2
- (B) 3/4
- (C) 3/5
- (D) 5/6
- (E) 2/3

7. (FCC - 2026)

Em um concurso com 3 questões de matemática, 75% dos candidatos acertaram a primeira questão, 55% acertaram a segunda questão e 80% acertaram a terceira questão.

No mínimo, a percentagem dos candidatos que acertaram essas três questões é

- (A) 10%.
- (B) 5%.
- (C) 25%.
- (D) 15%.
- (E) 20%.

8. (FCC - 2025)

Em uma pesquisa sobre estilos musicais, obteve-se que 40% dos entrevistados gostam de samba, 75% gostam de rock e 53% gostam de música clássica. Além disso, 35% gostam de samba e rock, 30% gostam de rock e música clássica, 5% gostam apenas de samba e música clássica e 10% gostam dos três estilos musicais.

O percentual de pessoas que NÃO gostam de nenhum dos três estilos é de

- (A) 4%
- (B) 3%
- (C) 2%
- (D) 1%
- (E) 0%

9. (FCC - 2025)

Uma feira de livro foi realizada pela turma Águia Azul. Cada oficial combatente levou pelo menos um livro, que deveria ser de Primeiros Socorros ou de Materiais Inflamáveis ou de Técnicas e Regras de

Combate. Alguns oficiais levaram livros de duas dessas disciplinas. Quem levou livro de Técnicas e Regras de Combate também levou livro de alguma das outras duas disciplinas. Quem levou livro de Primeiros Socorros não levou livro de Materiais Inflamáveis. Foram 26 oficiais que levaram um único livro e, entre eles, 7 levaram de Primeiros Socorros. Foram 50 oficiais que levaram livro de Técnicas e Regras de Combate. O número de funcionários que levou livro de Primeiros Socorros excede em 22 o número de oficiais que levou livro de Materiais Inflamáveis.

O total de oficiais combatentes da turma Águia Azul é

- (A) 68.
- (B) 91.
- (C) 85.
- (D) 81.
- (E) 76.

10. (FCC - 2022)

Em uma pesquisa com 30 indústrias farmacêuticas sobre os tipos de insumos utilizados na produção de um determinado remédio, verificou-se que elas usam no máximo 2 tipos de insumos. Dentre as 30 indústrias pesquisadas, 16 usam insumo tipo A, 9 usam insumo tipo B e 8 usam insumo tipo C. O número de indústrias que usam exatamente dois tipos de insumos é

- (A) 3
- (B) 6
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 2

11. (FCC - 2024)

Considere todos os números maiores do que 99 e menores do que 1000 tais que:

todos os algarismos sejam distintos,

o algarismo da unidade é igual a soma dos outros dois algarismos.

A quantidade de números que obedecem a essas condições é:

- (A) 16
- (B) 32
- (C) 64
- (D) 48
- (E) 4

INFORMÁTICA

1. (FCC - 2026)

Um técnico precisa proteger um documento do Word no Office 365, instalado e funcionando em condições ideais, contra edições, permitindo apenas a leitura por outros usuários.

Para isso, ele deve

- (A) aplicar uma senha de abertura no documento usando a opção “Criptografar com senha”.
- (B) Ativar o modo de exibição “Somente Leitura” na guia Exibir para limitar interações com o conteúdo.
- (C) ativar a opção “Restringir Edição” na guia Revisão e aplicar permissões de leitura.
- (D) compartilhar o documento via OneDrive com link de acesso e marcar como “visualização rápida”.
- (E) salvar o arquivo como PDF e enviar por e-mail, impedindo alterações no conteúdo original.

2. (FCC - 2026)

Um relatório de trabalho, editado no Word, exige a inclusão de um fluxograma para indicar as etapas de uma atividade, a fim de ser apresentado e aprovado em uma reunião.

Para inserir esse fluxograma no documento, o operador deverá clicar em

- (A) Referências, definir Estilo, inserir Índice de ilustrações, selecionar Opções e teclar Ok.
- (B) Design, selecionar Efeitos, escolher um Modelo, preencher os campos de texto e Definir como padrão.
- (C) Inserir, selecionar Formas, selecionar Elementos, inserir caixa de texto no elemento e preencher os textos.
- (D) Inserir, selecionar SmartArt, selecionar Ciclo, escolher um modelo e teclar Ok. Preencher os textos e ajustar a aparência.
- (E) Layout, selecionar Painel de Seleção, clicar em Gráfico, escolher a opção Superfície, preencher a Tabela de dados e fechar tabela.

3. (FCC - 2025)

No Word do Microsoft Office 365 é possível a coautoria, em que múltiplas pessoas trabalham no mesmo documento e cada pessoa vê as alterações dos outros em tempo real. Após um Analista ter acessado o Word online (<https://www.office.com/launch/Word/>) em condições ideais, salvo o +no Onedrive ou SharePoint, estando com esse documento aberto na tela, pode-se ativar a coautoria em tempo real, a partir de um clique

(A) em Coautoria na caixa de combinação de mesmo nome, inserir os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, selecionar a opção Pode editar e clicar no botão ok.

(B) no menu Revisão, na opção Coautoria, Inserir e-mails das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, confirmar que a caixa de checagem Permitir edição esteja marcada e clicar no botão ok.

(C) no menu Editar, na opção Compartilhar, selecionar os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, selecionar a opção

Pode editar e clicar no botão Enviar.

(D) em Compartilhar na caixa de combinação de mesmo nome, inserir os e-mails das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, escolher as permissões para permitir a edição e clicar em Enviar.

(E) no menu Arquivo, na opção Gerenciar acesso, Inserir os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, marcar a opção

Editor e clicar no botão enviar.

4. (FCC - 2024)

Durante a digitação de um texto no Microsoft Word, um assistente de suporte à gestão deseja copiar a formatação de um bloco de texto e aplicar em outro. Para isso, ele deve usar a ferramenta

(A) Reaplicar Formatação.

(B) SmartCopy.

(C) Formatar Filtros.

(D) Cópia Avançada.

(E) Pincel de Formatação.

5. (FCC - 2024)

A partir do Microsoft Word 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, um analista precisa dividir um texto em duas colunas igualmente espaçadas. Para isso ele deve.

- (A) selecionar o texto, clicar na aba Inserir e selecionar Duas em colunas.
- (B) acessar a aba Inserir, clicar em Adicionar colunas e selecionar o texto a ser dividido.
- (C) selecionar o texto, clicar na aba Layout e na opção colunas digitar o número 2.
- (D) selecionar o texto, clicar em Parágrafo na aba Página Inicial e na opção colunas digitar o número 2.
- (E) acessar a guia Layout, clicar no grupo configurar Página e selecionar Duas em colunas.

6. (FCC - 2023)

Imediatamente após salvar um documento no Microsoft Word, um policial pressionou simultaneamente as teclas ALT F4 para

- (A) maximizar a janela do Microsoft Word.
- (B) alternar para a janela de outra ferramenta aberta.
- (C) fechar o arquivo e a janela do Microsoft Word.
- (D) fechar o arquivo, mantendo a janela do Microsoft Word aberta.
- (E) minimizar a janela do Microsoft Word.

7. (FCC - 2021)

O Microsoft Word, em português, possui um recurso que permite a geração automática de sumário no início do documento após o documento ser escrito. O sumário pode ser gerado na posição em que se localiza o cursor, acionando-se opção Sumário que se encontra no menu Referências. Para que o sumário seja corretamente gerado, todos os títulos do documento devem ter sido

- (A) formatados como itens de lista numerada ou marcadores.
- (B) incluídos na tabela de hierarquia criada por meio da opção Inserir > Estrutura.
- (C) colocados entre colchetes na forma [Título 1], [Título 2], [Título 3] etc.
- (D) associados ao sumário por meio da opção Inserir > Nível de Título.
- (E) marcados (ou formatados) com estilos Título 1, Título 2, Título 3 etc.

8. (FCC - 2026)

Uma equipe de tratamento de dados da ARTESP está revisando regras de padronização textual utilizadas em planilhas do Microsoft Excel, na versão mais recente em português brasileiro, para organizar códigos de linhas, nomes de estações e descrições operacionais.

As regras definidas pela equipe estão descritas abaixo.

- I. Extrai a parte interna de um texto ao definir posição inicial e quantidade de caracteres.
- II. Retorna a quantidade total de caracteres de um texto, incluindo espaços.
- III. Une textos de diferentes células em uma única cadeia, sem inserir separadores automaticamente.
- IV. Retorna os caracteres finais de um texto conforme o número informado pelo usuário.
- V. Retorna os caracteres iniciais de um texto conforme a quantidade desejada.

VI. Identifica a posição de um caractere dentro de um texto e pode iniciar a busca a partir de uma posição específica.

As funções que executam as regras de I a VI são, correta e respectivamente:

- (A) LOCALIZAR; CONCATENAR; NÚM.CARACT; EXT.TEXTO; DIREITA; ESQUERDA
- (B) NÚM.CARACT; EXT.TEXTO; DIREITA; LOCALIZAR; CONCATENAR; ESQUERDA
- (C) EXT.TEXTO; NÚM.CARACT; CONCATENAR; DIREITA; ESQUERDA; LOCALIZAR
- (D) DIREITA; LOCALIZAR; EXT.TEXTO; ESQUERDA; NÚM.CARACT; CONCATENAR
- (E) ESQUERDA; DIREITA; LOCALIZAR; CONCATENAR; EXT.TEXTO; NÚM.CARACT

9. (FCC - 2026)

O gestor da frota estadual deseja analisar os custos mensais dos veículos agrupados por Tipo (Sedan, SUV, Picape, Hatch, Van) para identificar quais categorias geram maior despesa.

Para criar essa análise com uma Tabela Dinâmica no Excel, deve-se: Selecionar

- (A) toda a coluna Custo Mensal, clicar em Inserir > Tabela Dinâmica, e agrupar manualmente os valores por Tipo.
- (B) a planilha inteira, clicar em Inserir > Tabela Dinâmica, e arrastar Placa para Linhas e Custo Mensal para Valores, obtendo o custo por veículo individual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2022)

Dentro das teorias sobre as origens do Estado, a ideologia gaulesa ou galicana estabelecia que

- (A) os grupos se organizavam de forma rude e nômade.
- (B) a família era o centro da formação do Estado.
- (C) o rei possuía certos direitos contra o papa.
- (D) o soberano prestava contas somente a Deus e o povo reconhecia esse poder.
- (E) o poder absoluto era de origem divina.

2. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

- (A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
- (B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
- (C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
- (D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
- (E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

3. (FCC - 2021)

Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, encontrando seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pelo texto constitucional. Tal afirmação corresponde ao princípio da

- (A) razoabilidade dos direitos fundamentais.
- (B) convivência das liberdades públicas.
- (C) restrição constitucional.
- (D) proteção social.
- (E) comunicação dos direitos fundamentais.

4. (FCC - 2026)

Os moradores do bairro X desejam criar a associação “Amigos do Bairro X” para defender os seus interesses comuns com relação a esse bairro.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, considerando apenas as informações fornecidas, a criação dessa associação

- (A) depende de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
- (B) independe de autorização, permitida a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
- (C) independe de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que, se expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (D) independe de autorização, permitida a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que, se expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados apenas judicialmente.
- (E) depende de autorização, permitida a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que, se expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.

5. (FCC - 2026)

Domitilo invocou motivo de convicção filosófica para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, enquanto Dorival invocou motivo de crença religiosa também para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

Considerando que ambos são brasileiros residentes no Brasil e maiores de idade, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO será(ão) privado(s) de direitos pelos motivos apresentados:

- (A) Domitilo, apenas, salvo se se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

- (B) Dorival, apenas, independentemente de haver ou não recusa a cumprimento de prestação alternativa.
- (C) Domitilo e Dorival, independentemente de haver ou não recusa a cumprimento de prestação alternativa.
- (D) Dorival, apenas, salvo se se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (E) Domitilo e Dorival, salvo se se recusarem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

6. (FCC - 2025)

Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

- (A) não poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, pois nenhum Tratado ou Convenção Internacional poderá possuir o mesmo status da Constituição Federal.
- (B) assinados pelo Presidente da República, sem a necessidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) serão equivalentes às leis infraconstitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

7. (FCC - 2025)

Felipe é bombeiro aposentado e, durante sua caminhada noturna pelo bairro, viu que sua vizinha, Armênia, estava passando mal no jardim da casa dela. Diante da situação em que ela se encontrava, Felipe, sem pedir o consentimento de Armênia para entrar, penetrou no imóvel com a finalidade de lhe prestar socorro. De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação. Felipe agiu

- (A) incorretamente, pois somente seria possível penetrar no imóvel, sem o consentimento de Armênia, durante a noite, por determinação judicial.
- (B) incorretamente, pois não poderia penetrar no imóvel, em nenhuma hipótese, sem o consentimento de Armênia, uma vez que à casa é asilo inviolável do indivíduo.

- (C) incorretamente, pois somente seria possível penetrar no imóvel, sem o consentimento de Armênia, para lhe prestar socorro, durante o dia.
- (D) incorretamente, pois somente seria possível penetrar no imóvel para prestar socorro, a qualquer hora do dia ou da noite, se houvesse o consentimento de Armênia.
- (E) corretamente, pois é possível penetrar no imóvel, ainda que durante a noite e sem o consentimento de Armênia, para lhe prestar socorro.

8. (FCC - 2024)

A Constituição Federal assegura, nos termos da lei, (A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.

- (B) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.
- (C) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- (D) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (E) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

9. (FCC - 2022)

À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, asseguradas apenas a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.
- (B) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- (C) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período pré-escolar.
- (D) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime político, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2022)

Com relação aos princípios da Administração Pública,

- (A) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
- (B) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
- (C) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente incluído por meio de uma emenda, quase dez anos após a sua promulgação.
- (D) os princípios da Administração Pública se aplicam somente à administração direta, não se aplicando às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- (E) a obrigação do poder público de disponibilizar para a sociedade a remuneração dos servidores públicos está relacionada ao princípio da eficiência.

2. (FCC - 2022)

São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- (A) Legalidade e razoabilidade.
- (B) Razoabilidade e impessoalidade.
- (C) Moralidade e motivação.
- (D) Motivação e legalidade.
- (E) Impessoalidade e moralidade.

3. (FCC - 2021)

O direito do cidadão ao conhecimento de informações pessoais constante de banco de dados de entidade governamental, mediante habeas data, constitui expressão do(s) princípio(s) da

- (A) presunção de veracidade, incidente sobre informações e dados pessoais que os torna imutáveis a partir do seu tratamento por autoridade pública.
- (B) supremacia do interesse público, eis que o sigilo de bancos de dados oficiais somente pode ser afastado por ordem judicial.
- (C) publicidade, assegurando-se, ainda, o direito de solicitar a retificação de dados incorretos, se não preferir fazê-lo pela via administrativa.

(D) presunção de legitimidade da conduta da Administração e sigilo de fonte, o que afasta a possibilidade da solicitação de divulgação e de retificação pela via administrativa.

(E) publicidade, que assegura o direito à obtenção da informação, e supremacia do interesse público, que concede à Administração a prerrogativa de não efetuar retificações.

4. (FCC - 2024)

A impossibilidade de a Administração Pública rever um ato administrativo já praticado, por meio do qual concedeu regularmente a um particular determinado direito, tem fundamento nas normas constitucionais que, dentre os direitos e garantias fundamentais, estabeleceram a proteção ao

- (A) direito adquirido e à impessoalidade.
- (B) direito adquirido e à coisa julgada.
- (C) direito adquirido e à propriedade privada.
- (D) ato jurídico perfeito e à coisa julgada.
- (E) ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

5. (FCC - 2022)

O princípio pelo qual a Administração Pública direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração indireta, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais, é conhecido pela doutrina como princípio da

- (A) tutela.
- (B) eficiência.
- (C) hierarquia.
- (D) autotutela.
- (E) continuidade do serviço público.

6. (FCC - 2025)

A propósito dos atos administrativos, como instrumentos de manifestação de vontade da Administração Pública, destaca-se, quanto à validade

- (A) a obrigatoriedade de estabelecimento de prazo para vigência e validade dos atos administrativos, não sendo admitido o estabelecimento de prazo indeterminado.

(B) que a vigência dos atos está necessariamente atrelada à sua validade, de forma que observados os requisitos de validade para edição do ato, este se tornará, imediatamente, vigente.

(C) que esta não depende, em todos os casos, de sua publicação, mas esta pode ser estabelecida como condição para eficácia dos mesmos.

(D) a possibilidade de ser decretada, a qualquer tempo, a invalidade dos atos jurídicos pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.

(E) a possibilidade de anulação dos atos ser promovida pela própria Administração Pública, mediante critérios de oportunidade e conveniência, resguardando-se a produção de seus efeitos.

7. (FCC - 2023)

Se a Administração Pública pratica ato administrativo cujos efeitos pretendidos são irrealizáveis, de fato ou de direito, como, por exemplo, quando concede licença para tratamento de saúde a servidor já falecido, tal ato

- (A) estará eivado de vício relativo ao motivo do ato.
- (B) não apresentará qualquer vício.
- (C) estará eivado de vício relativo à finalidade do ato.
- (D) estará eivado de vício relativo à forma do ato.
- (E) estará eivado de vício relativo ao objeto do ato.

8. (FCC - 2022)

Uma autoridade pública assinou um ato administrativo no dia 1o de abril, sendo que, no mesmo dia, edição do Diário Oficial publicou sua exoneração, a partir daquela data.

Em vista do ocorrido, conclui-se que o ato em questão

- (A) possui vício de competência, que permite a convalidação do ato.
- (B) não possui vício, pois a exoneração só produz efeitos no dia seguinte.
- (C) possui vício de forma, que impede a convalidação do ato.
- (D) possui vício de motivo, que permite a convalidação do ato.
- (E) possui vício de finalidade, que impede a convalidação do ato.

9. (FCC - 2022)

Constitui um dos elementos ou requisitos do ato administrativo a

- (A) finalidade.
- (B) autoexecutoriedade.
- (C) tipicidade.

- (D) presunção de legitimidade e veracidade.
- (E) imperatividade.

10. (FCC - 2022)

A possibilidade de interdição de um estabelecimento por violação a normas sanitárias pelo poder público, independentemente de autorização judicial, decorre do atributo dos atos administrativos conhecido como

- (A) autoexecutoriedade.
- (B) eficiência.
- (C) tipicidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) moralidade.

11. (FCC - 2024)

A Administração Pública, no regular exercício de suas funções, pode editar atos administrativos de diversas naturezas e espécies, dentre eles os atos discricionários e vinculados. São exemplos de atos administrativos discricionários ou vinculados, quando preenchidos os requisitos para deferimento:

- (A) a autorização para realização de evento em praça pública, como ato vinculado.
- (B) a concessão de adicional de insalubridade como ato vinculado.
- (C) a concessão de licença para o trato de assuntos particulares, como ato vinculado.
- (D) o alvará de construção como ato discricionário.
- (E) a licença para edificação como ato discricionário.

12. (FCC - 2021)

O ato administrativo divide-se em duas categorias, quais sejam, quanto ao conteúdo e quanto à forma de que se revestem. Em relação ao conteúdo, a aprovação é ato

- (A) unilateral e discricionário, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.
- (B) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico.
- (C) pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos de sua competência.
- (D) unilateral e discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração aprova a utilização privativa de bem público a um particular.
- (E) pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar um serviço público.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (FCC - 2025)

A curva ABC é um método usado para classificar as informações e ordená-las conforme o seu grau de importância, sendo definida como uma ferramenta gerencial na administração de custos. A análise ABC consiste na divisão de itens de estoque de acordo com o valor de demanda, quando são produtos acabados, e valor de consumo, quando os produtos fazem parte do processo produtivo, ou seja, quando se trata de matérias primas ou insumos. Como resultado, a Curva ABC é classificada em:

(A) Classe A: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo alto; Classe B: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo baixo; Classe C: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo intermediário.

(B) Classe A: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo alto; Classe B: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo intermediário; Classe C: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo baixo.

(C) Classe A: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo intermediário; Classe B: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo baixo; Classe C: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo alto.

(D) Classe A: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo baixo; Classe B: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo intermediário; Classe C: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo alto.

(E) Classe A: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo baixo; Classe B: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo alto; Classe C: Itens que possuem um valor de demanda ou consumo intermediário.

2. (FCC - 2025)

Com o objetivo de garantir um fluxo contínuo de estoque, sem desperdícios e mantendo a qualidade desejada, o gestor da unidade de saúde solicitou que fosse implantado um sistema de gerenciamento de custos que identificasse os produtos em função dos valores

que eles representam, sendo possível estabelecer formas de gestão apropriadas à importância de cada item em relação ao valor total dos estoques e que têm como base o princípio de Pareto. Nesse contexto, a metodologia que corresponde à solicitação do gestor é

- (A) a Classificação ABC.
- (B) o Método Kanban.
- (C) o Ciclo PDCA.
- (D) o Sistema PEPS.
- (E) a Classificação XYZ.

3. (FCC - 2024)

A Tabela a seguir apresenta alguns itens de estoque de Material de Expediente do Almoxarifado do Ministério Público do Estado:

Cód Sku	Descrição	Consumo/ Utilização	Preço unitário
I	dispenser de copos	110	16,00
II	pendrive	60	160,00
III	suporte para mouse	100	16,00
IV	caixa coletora	00	4,00
IX	papel reciclado A4	200	8,00
V	disco rígido especial	134	200,00
VI	jarra de inox	20	100,00
VII	cilindro p-facímile	00	60,00
VIII	pilha alcalina	100	8,00
X	perfurador de papel	400	20,00
Total		24	

Com base na regra de Pareto – 80/20 e aplicado à curva ABC em gestão de estoques, a curva A é representada pelos códigos:

- (A) II e V.
- (B) IV e X.
- (C) II e VI.

- (D) V e VII.
- (E) IV e VII.

4. (FCC - 2022)

Dentre as atividades-chave de um sistema logístico típico estão os serviços ao cliente, transporte, gerência de estoques e fluxos de informação e processamento de pedidos. Cabe à gerência de estoques o que consta em:

- (A) Políticas de estocagem de matérias-primas e produtos acabados.
- (B) Programação de veículos para coleta e entrega de pedidos.
- (C) Determinar a reação dos clientes ao serviço.
- (D) Métodos de transmissão de informação sobre pedidos.
- (E) Regras sobre pedidos.

5. (FCC - 2024)

Dentre os atributos de desempenho da Cadeia de Suprimentos, o gerenciamento eficaz dos ativos leva em consideração a métrica de

- (A) flexibilidade de produção.
- (B) tempo de entrega dos pedidos atendidos.
- (C) produtividade do valor agregado.
- (D) dias de suprimento em estoque.
- (E) custo dos produtos vendidos.

6. (FCC - 2026)

Os indicadores de desempenho organizacional visam, dentre outros aspectos, redirecionar estratégias, promovendo otimização de processos.

O indicador responsável por avaliar se as metas definidas estão sendo alcançadas é o da

- (A) consolidação.
- (B) produtividade.
- (C) estratégia.
- (D) qualidade.
- (E) eficiência.

7. (FCC - 2026)

O modelo de administração pública gerencial adotado pela Reforma do Aparelho do Estado, idealizada pelo Ministro Bresser Pereira em meados de 1990, apresenta, entre outros, o conceito de

- (A) eficácia, que significa a melhor relação entre insumos, incluindo pessoal, e serviços prestados ou bens produzidos, constituindo um dos pilares do novo modelo de atuação do setor público.

(B) publicização, de acordo com o qual as entidades do terceiro setor, qualificadas como organizações sociais, passam a ser responsáveis pela gestão de serviços públicos não exclusivos de Estado.

(C) núcleo estratégico, composto pelas atividades econômicas que envolvem relevante interesse público ou segurança nacional e que não são passíveis de exploração pelo setor privado.

(D) terceirização, a partir do qual as atividades não exclusivas de Estado e que são passíveis de exploração econômica devem ter a sua titularidade transferida ao setor privado.

(E) descentralização, com as atividades de formulação de políticas públicas transferidas a entidades setoriais e agências, que passam a ser responsáveis, também, pela correspondente regulação.

8. (FCC - 2026)

Dentro da temática da estrutura organizacional, a estrutura matricial é aquela que

- (A) referencia-se na hierarquia, cabendo ao topo o processo decisório.
- (B) é flexível, combinando estruturas que promovem gestão mais dinâmica e colaborativa.
- (C) é rígida, organizando a empresa por funções específicas, como produção, finanças e recursos humanos.
- (D) centra-se na comunicação aberta e rápida, de poucos níveis hierárquicos.
- (E) concentra-se em parcerias, dando flexibilidade à gestão.

9. (FCC - 2024)

Para os neoclássicos, uma organização é constituída de três atividades básicas que consistem em tratar as finanças, promover a produção e realizar as vendas ao mercado. Nesse contexto, a ênfase da departamentação por processo consiste na

- (A) tecnologia utilizada e enfoque introversivo.
- (B) cobertura geográfica e orientação para o mercado.
- (C) organização por linhas de produtos e orientação para resultados.
- (D) dimensão do comprador e orientação extroversiva.
- (E) divisão do trabalho interno por especialidade e auto-orientação.

DIREITO PENAL

1. (FCC - 2021)

Sobre o princípio da legalidade:

- (A) limita-se à previa definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
- (B) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
- (C) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
- (D) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- (E) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.

2. (FCC - 2022)

Caio, enquanto ainda tinha 17 anos, participou de um sequestro para transferência de PIX por meio do celular da vítima, junto com mais 3 colegas. O crime permanente demorou mais do que o esperado e acabou somente no dia seguinte, dia em que completou 18 anos. O celular da vítima tinha rastreador e sua família acionou a polícia, que conseguiu interceptar o veículo usado para o sequestro e prender os roubadores, no dia em que Caio alcançava a maioridade. Sobre a imputabilidade de Caio, na hora de seu julgamento,

- (A) como se trata de crime permanente, Caio será julgado como menor de idade.
- (B) como se trata de crime permanente, Caio será julgado como maior de idade.
- (C) considerando que o Código Penal adota a teoria da ação, Caio será julgado como menor de idade.
- (D) por se tratar de norma penal mais benéfica, será aplicada a regra que considera Caio menor de idade.
- (E) por ser a data de seu aniversário, dependerá do horário, que consta na certidão, como o de seu nascimento.

3. (FCC - 2022)

O dolo direto de segundo grau

- (A) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.
- (B) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.
- (C) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.

(D) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.

(E) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.

4. (FCC - 2021)

No Direito Penal, o erro

- (A) de tipo, quando evitável, conduz à redução da pena de um sexto a um terço.
- (B) sobre a pessoa consideram-se as condições e qualidades da vítima, em razão da proibição de responsabilidade penal objetiva.
- (C) inevitável sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade, de modo a impedir a responsabilidade penal do agente.
- (D) sobre a existência ou limites de uma causa de justificação configura o erro de tipo permissivo, com exclusão da tipicidade objetiva.
- (E) de proibição incide sobre os elementos imputabilidade e exigibilidade de conduta diversa da culpabilidade, levando à isenção de pena.

5. (FCC - 2021)

A tipicidade

- (A) preterdolosa enseja um crime qualificado pelo resultado em que o tipo-base é doloso e o resultado qualificador é culposos.
- (B) é excluída toda vez que se verificar o erro de proibição inevitável.
- (C) material é incompatível com a contravenção penal, dada sua menor gravidade e a fragmentariedade do direito penal.
- (D) na conformação do funcionalismo é avaliada para constituir garantia de restrição do âmbito de punição.
- (E) material é a adequação da conduta à norma incriminadora configurando um mecanismo de subsunção.

6. (FCC - 2025)

Sobre conduta punível:

(A) O agente que comete o crime de roubo e que restitui a coisa antes do recebimento da denúncia, caso não tenha a vítima sido ferida e sendo de pequeno valor o objeto material da subtração, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

(B) Pela teoria da imputação objetiva, na qual o nexo de causalidade é relativizado, o agente que vende arma de fogo, de forma legal, pode ser responsabilizado criminalmente por homicídio posterior praticado com o objeto adquirido, caso se comprove que sabia da intenção homicida do comprador, visto que assumiu um

risco juridicamente relevante ao vender o artefato, por saber da pretensão ilegal do adquirente.

(C) Nos crimes por omissão impróprios, a responsabilização pela conduta omissiva penalmente relevante é afastada quando o omitente tem o dever de cuidado, mas sua conduta é culposa.

(D) Na análise da relação de causalidade entre a conduta e o resultado, havendo superveniência de causa relativamente independente que por si só produziu o resultado, exclui-se a imputação, mas o agente responde pelos fatos anteriores praticados.

(E) Os crimes omissivos próprios permitem o fracionamento da conduta e admitem a tentativa.

7. (FCC - 2021)

Sobre o iter criminis é correto afirmar que

(A) a cogitação é impunível, salvo em casos de milícia privada armada, grupo ou esquadrão.

(B) o ato preparatório, por constituir uma antecipação da tutela penal, não admite tipificação própria no Código Penal.

(C) o exaurimento, por se dar após a consumação da pena, não pode interferir na aplicação da pena, pois é incapaz de modificar o desvalor da ação.

(D) a consumação do crime formal requer o resultado naturalístico, pois dele depende a efetiva violação do bem jurídico.

(E) a tentativa só pode se configurar na presença do dolo de consumação do delito.

8. (FCC - 2022)

Jeferson decide praticar um crime de roubo, sozinho, em uma farmácia. Para tanto, vai até o local, rende os funcionários e, de repente, antes mesmo de se aposar de algum bem, após o alarme tocar, é surpreendido pela Polícia, momento em que sai correndo para tentar fugir, mas é alcançado e preso em flagrante. De acordo com essas informações, a defesa de Jeferson deverá pleitear o reconhecimento de

(A) desistência voluntária.

(B) arrependimento eficaz.

(C) tentativa.

(D) arrependimento posterior.

(E) crime impossível.

9. (FCC - 2025)

Sobre o concurso de pessoas:

(A) A autoria colateral é uma forma de concurso de agentes que se caracteriza pela unidade de desígnios, mas cada autor do fato responderá pelo crime levando-se em conta suas condições pessoais.

(B) Os crimes omissivos próprios não admitem participação.

(C) A autoria mediata é uma forma de concurso de pessoas, caracterizada pela unidade de desígnios, e acarreta a punição de ambos os agentes, sendo que o autor imediato responderá pelo crime apenas a título de culpa, se houver previsão de tal espécie de delito.

(D) Os crimes plurissubjetivos exigem a utilização da norma de extensão prevista no art. 29 do Código Penal para a configuração do concurso de agentes.

(E) A cooperação dolosamente distinta é uma exceção à teoria unitária, que foi adotada pelo Código Penal para explicar as responsabilidades dos autores e partícipes.

10. (FCC - 2022)

Atenção: A questão refere-se a Direito Penal.

Os crimes em que o tipo penal descreve a conduta e o resultado naturalístico (necessária modificação do mundo exterior), sendo indispensável a sua ocorrência para haver consumação, são denominados

(A) de mera conduta.

(B) formais.

(C) materiais.

(D) permanentes.

(E) de perigo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FCC - 2025)

Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.

I. O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.

II. O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concernente ao poder instrutório do magistrado.

III. A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivelando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.

IV. O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria officiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.

Esta correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

2. (FCC - 2023)

O princípio da confiança no juiz da causa é

(A) princípio que está em consonância com o processo acusatório ao exigir que o juiz se abstenha de servir no processo quando houver incompatibilidade ou impedimento legal.

(B) suposto princípio que viola o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais, sendo invocado nos casos em que resta ausente suporte adequado na decisão impugnada.

(C) princípio que, à semelhança do princípio do duplo grau de jurisdição, está previsto expressamente na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Estado Brasileiro é signatário.

(D) suposto princípio que viola os princípios do contraditório e da identidade física do juiz ao admitir, ainda que em casos excepcionais, a produção probatória por juízo diverso do sentenciante.

(E) princípio que está em consonância com a figura do juiz das garantias, prevista a partir da Lei federal nº 13.964/2019, porém atualmente com sua eficácia suspensa.

3. (FCC - 2022)

A condição de terceiro é [...] em relação às provas, ao conteúdo probatório, já que o acerto das condutas deve ser novidade ao julgador. O juiz é um sujeito processual (não parte) ontologicamente concebido como um ignorante, porque ele (necessariamente) ignora o caso penal em julgamento. Deixará o juiz de ser um ignorante quando, ao longo da instrução, lhe trouxerem as partes às provas que lhe permitirão então conhecer.

(LOPES JR, Aury e ROSA, Alexandre Moraes da. Quando o juiz já sabia, em: www.conjur.com.br)

Tal lição doutrinária sinaliza como a atuação do mesmo juiz em fase pré-processual atinge sua imparcialidade para julgar o mérito da demanda penal, eis que macula algo primordial em sua atuação, a denominada

- (A) originalidade cognitiva.
- (B) falsa memória.
- (C) fishing expedition.
- (D) segurança normativa.
- (E) competência funcional.

4. (FCC - 2021)

No tocante às garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal,

(A) a garantia do juiz natural é contemplada, mas não só, na previsão de proibição de juízo ou tribunal de exceção.

(B) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, mas não somente a estes.

(C) o civilmente identificado jamais pode ser submetido a identificação criminal, sob pena de caracterização de constrangimento ilegal.

(D) o preso tem direito à identificação do responsável por sua prisão, mas nem sempre por seu interrogatório policial.

(E) a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação são garantias exclusivamente aplicáveis à ação penal.

5. (FCC - 2021)

O princípio da individualização da pena

(A) fundamentou o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça que vedou a regressão de regime de cumprimento de pena por salto.

(B) garante legitimidade ao exame criminológico diante de sua capacidade de previsão de comportamento criminoso futuro e com isso impedir o funcionamento indevido do sistema progressivo.

(C) é incompatível com um sistema progressivo de cumprimento de pena, já que os benefícios prisionais devem ser concedidos objetivamente para garantia do indivíduo em face do Estado.

(D) permite, por meio do exercício de direitos subjetivos na execução penal, que duas pessoas iniciem no mesmo dia uma pena idêntica, mas uma tenha a pena extinta antes do outro.

(E) confere um caráter misto ao direito de execução penal, composto por normas penitenciárias e administrativas, como as que regulam o agravo em execução.

6. (FCC - 2021)

Fundamento de existência e função de um Processo Penal acusatório e garantista: por que e para que existe o Processo Penal? Mais especificamente “o fundamento é o ‘porquê’, a razão de ser de algo, enquanto a função (finalidade) diz respeito ao ‘para que’. Assim, (...) existe

uma relação de prejudicialidade entre tais conceitos primeiro se analisa o fundamento para depois examinar as possíveis funções, que devem ser compatíveis com aquela premissa previamente estabelecida.

(VASCONCELLOS, Vinicius G. Fundamento e função do processo penal. Revista Eletrônica de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro, ano 12, v. 19, n. 2, maio-ago. 2018

A partir de tais lições, em um Estado Democrático de Direito, o fundamento de existência do processo penal (sua razão de existir) e sua função são, respectivamente:

(A) a pacificação social e autorizar a punição dos infratores da lei através de um procedimento em contraditório.

(B) a pacificação social e desvendar a verdade real dos fatos narrados na exordial acusatória.

(C) fomentar a Política de Segurança Pública, cujo símbolo maior é o Direito Penal, e permitir a punição dos infratores da lei de maneira célere.

(D) limitar o poder punitivo estatal e verificar a acusação penal em uma reconstrução histórica dos fatos a partir de provas produzidas pelas partes.

(E) limitar o poder punitivo estatal e fomentar a Política de Segurança Pública, cujo símbolo maior é o Direito Penal.

7. (FCC - 2025)

Sobre as disposições legais acerca do inquérito policial:

(A) o prazo para o encerramento do inquérito policial no caso de tráfico de drogas e estando o investigado preso será de 45 dias corridos, sem prorrogação.

(B) a decisão que determina o arquivamento dos autos investigativos diante da manifestação acusatória pela ausência de provas de autoria faz coisa julgada formal e material.

(C) é dever da autoridade policial, ao final das investigações, fazer minucioso relatório do que tiver sido apurado, tecendo opinião concreta e fundamentada acerca da culpabilidade do investigado.

(D) nos crimes de calúnia praticados contra sujeito passivo comum, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentar a respectiva queixa-crime.

(E) do arquivamento realizado pelo Delegado de Polícia, caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias contados da intimação pessoal do Defensor Público.

DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2026)

Sílvio estava em perigo de vida quando desapareceu há um ano.

Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil,

(A) não pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, pois a mesma só pode ser decretada se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até cinco anos após o término da guerra.

(B) depois de esgotadas as buscas e averiguações, pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, com obrigatória decretação de ausência, se for extremamente provável a sua morte.

(C) não pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, pois a mesma só pode ser decretada se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

(D) depois de esgotadas as buscas e averiguações, pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a sua morte.

(E) não pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, pois a mesma só poderia ser decretada se ele tivesse desaparecido há pelo menos dez anos.

2. (FCC - 2024)

Cessar, para os menores, a incapacidade civil:

I. Pelo casamento.

II. Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

III. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em

(A) II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II e III.

3. (FCC - 2022)

Consiste em causa de incapacidade total, conforme alterações do Código Civil pela Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência,

(A) os ébrios habituais.

(B) os menores de 16 anos.

(C) os viciados em substâncias psicoativas.

(D) os pródigos.

(E) aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

4. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

(A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.

(B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.

(C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

(D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.

(E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

5. (FCC - 2022)

O Código Civil, ao tratar da capacidade da pessoa, considera incapazes, relativamente a certos atos ou a maneira de os exercer, aqueles que, entre outros:

I. por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

II. são ébrios eventuais submetidos a tratamento e pródigos.

III. são maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

IV. são menores de dezesseis anos e os idosos, ainda que possam exprimir sua vontade.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

6. (FCC - 2021)

A parte geral do Código Civil estabelece regras a respeito da capacidade civil das pessoas naturais. As regras em vigor no ordenamento jurídico civil consideram absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil a pessoa

- (A) menor de vinte e um anos.
- (B) menor de dezoito anos.
- (C) menor de dezesseis anos.
- (D) que seja ébria habitual e os viciados em tóxico, mesmo depois de cessada a menoridade.
- (E) que, por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade, mesmo depois de cessada a menoridade.

7. (FCC - 2025)

Análise as seguintes proposições sobre direitos da personalidade:

I. Em qualquer caso, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, se acarretar diminuição permanente da integridade física.

II. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

III. Os direitos da personalidade são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis.

IV. Não é válida, com objetivo altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) I e II.
- (C) II.

(D) I e III.

(E) III e IV.

8. (FCC - 2023)

Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade (A) não abarcam a proteção ao pseudônimo adotado para atividades lícitas

(B) asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.

(C) são extintos com a morte da pessoa natural.

(D) são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.

(E) vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.

9. (FCC - 2022)

André, casado com Beatriz, faleceu deixando um filho (Caio) e um neto (Damião), além de um irmão (Ernesto) e uma sobrinha (Flávia), todos maiores e capazes. De acordo com o Código Civil, terão legitimação para requerer a cessação de lesão a direito da personalidade de André:

- (A) Beatriz, apenas.
- (B) Beatriz, Caio e Damião, apenas.
- (C) Caio e Damião, apenas.
- (D) Beatriz, Caio, Damião e Ernesto, apenas.
- (E) Beatriz, Caio, Damião, Ernesto e Flávia.

10. (FCC - 2024)

José, contando 85 anos de idade, dirigia seu automóvel, na companhia de sua esposa, Josefa, com 50 anos, não chegando ao destino, e deles não se teve mais notícia. Pedro, pretendendo encontrá-los, fretou um avião, que desapareceu. Nessas circunstâncias, a sucessão definitiva de

(A) José e de Josefa poderá ser requerida somente após cinco anos do trânsito em julgado da sentença que lhes concedera a sucessão provisória, e de Pedro, apenas depois de dois anos de encerradas as buscas da aeronave.

(B) José, de Josefa e de Pedro só poderá ser requerida dois anos após encerradas as buscas por eles.

(C) José e de Josefa poderá ser requerida, após cinco anos da abertura de suas sucessões provisórias, e poderá declarar-se por sentença a morte presumida de Pedro, depois de esgotadas as buscas e averiguações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2022)

Com fundamento em norma que autorizava a substituição processual, André, em substituição a Bruno, ajuizou ação contra Carlos. De acordo com o Código de Processo Civil, o substituído (Bruno)

- (A) poderá, a qualquer tempo, assumir o polo ativo da ação, o que implicará a exclusão do substituto do processo.
- (B) poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.
- (C) não poderá intervir no processo, salvo apenas para a defesa de direito indisponível.
- (D) não poderá intervir no processo em nenhuma hipótese.
- (E) não poderá intervir no processo, salvo apenas para interpor recurso contra as decisões desfavoráveis que não tenham sido objeto de recurso pelo substituto.

2. (FCC - 2021)

Lucas, 19 anos, compareceu a um hospital estadual em Goiânia com o objetivo de doar sangue. O jovem foi impedido de realizar o ato por ter declarado ser homossexual e ter mantido relações sexuais recentes com outro homem. Irresignado, o jovem compareceu a uma unidade da Defensoria Pública para adoção das medidas cabíveis. Sem prejuízo da eventual adoção de medidas extrajudiciais e judiciais coletivas, no plano individual

- (A) carece de interesse de agir a ação judicial proposta sem prévia atuação extrajudicial da defensoria pública, ainda que o hospital tenha fornecido a negativa por escrito, de modo que se faz imprescindível ao defensor ou defensora pública oficiar o hospital antes de ajuizar eventual demanda.
- (B) há legitimidade de parte e interesse de agir na ação de obrigação de fazer ajuizada pelo jovem contra o hospital cumulada com pedido de reparação de danos.
- (C) o jovem não possui legitimidade ativa para ajuizar ação contra o hospital com o objetivo de obrigá-lo a aceitar a doação de sangue, mas somente para veicular a pretensão de reparação de danos pela discriminação sofrida.

(D) não há possibilidade jurídica do pedido de obrigação de fazer em relação ao hospital, cabendo somente o pedido de reparação de danos pela discriminação sofrida pelo jovem.

(E) o pedido de reparação de danos deve ser necessariamente subsidiário em relação ao pedido de obrigação de fazer.

3. (FCC - 2025)

De acordo com o Código de Processo Civil, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for(em) comum(ns) o pedido

- (A) ou a causa de pedir, caso em que serão reunidas para decisão conjunta, salvo se uma delas já houver sido sentenciada.
- (B) ou a causa de pedir, o que não se estende à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.
- (C) e as partes mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abranger o da outra.
- (D) e a causa de pedir, caso em que serão reunidas para decisão conjunta, ainda que uma delas já tenha sido sentenciada.
- (E) e a causa de pedir, o que não se estende à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.

4. (FCC - 2024)

De acordo com Código de Processo Civil, é competente para a ação

- (A) possessória imobiliária o foro domicílio do réu.
- (B) em que o ausente for réu o foro de domicílio de seus herdeiros.
- (C) fundada em direito real sobre bem móvel, em regra, o foro em que estiver situada a coisa.
- (D) em que o incapaz for réu o foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- (E) de alimentos o foro do domicílio do alimentante.

5. (FCC - 2022)

De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa

- (A) deve ser declarada de ofício pelo juiz nas ações que versarem sobre direito indisponível.
- (B) pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- (C) pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição
- (D) implica a nulidade absoluta dos atos praticados pelo juízo incompetente.
- (E) deve ser arguida por meio de exceção, em petição autônoma apresentada no mesmo prazo da contestação, sob pena de não poder ser conhecida pelo juiz.

6. (FCC - 2021)

De acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015, a competência territorial para a ação declaratória de paternidade é

- (A) de natureza absoluta, em razão da indisponibilidade do direito.
- (B) do foro do domicílio do autor.
- (C) do foro do domicílio do réu, salvo se a demanda for cumulada com pedido de alimentos.
- (D) do foro do domicílio do réu, ainda que a demanda seja cumulada com pedido de alimentos.
- (E) do foro do domicílio do guardião do autor, caso ele seja incapaz.

7. (FCC - 2026)

Isabela, casada sob o regime de separação absoluta de bens com Fernando, proporá ação que versa sobre direito real imobiliário.

Em conformidade com o Código de Processo Civil, nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, Isabela

- (A) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, podendo ser suprido judicialmente se negado por Fernando, independentemente de haver justo motivo, sendo que a falta desse consentimento, se não suprido pelo juiz, invalidará o processo.
- (B) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, sendo que esse consentimento pode ser suprido judicialmente se for impossível para Fernando concedê-lo.

(C) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, sendo que esse consentimento pode ser suprido judicialmente se for negado por Fernando sem justo motivo.

(D) não necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação.

(E) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, sendo que esse consentimento não pode ser suprido judicialmente.

8. (FCC - 2025)

João é réu em ação de alimentos ajuizada por seu filho Antônio. Na ocasião da citação, João estava preso e foi citado pessoalmente no Centro de Detenção Provisória.

Escoado o prazo para defesa sem manifestação do réu, o juiz deverá

- (A) determinar a citação por edital e, após, nomear curador especial ao réu, cujo múnus será exercido pela Defensoria Pública.
- (B) determinar a citação por edital e, após, nomear curador especial ao réu, cujo múnus será exercido pelo Ministério Público.
- (C) nomear curador especial ao réu, que deverá exercida pelo Ministério Público.
- (D) nomear curador especial ao réu, que deverá ser exercida pela Defensoria Pública.
- (E) intimar o réu para que constitua advogado, sob pena de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

9. (FCC - 2024)

De acordo com o Código de Processo Civil, é obrigatória a nomeação de curador especial ao réu

- (A) cuja contestação for considerada inepta.
- (B) incapaz, mesmo que tenha representante legal.
- (C) revel, mesmo que citado pessoalmente.
- (D) preso revel, mas somente enquanto não constituir advogado.
- (E) que declarar não ter condições de contratar um advogado.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!